

# BIOPOLÍTICA NA EDUCAÇÃO

Kelin Valeirão

Avelino da Rosa Oliveira

## Resumo

O artigo visa a discutir a biopolítica na educação contemporânea, a partir da análise do curso Nascimento da biopolítica, ministrado por Michel Foucault no Collège de France. Inicialmente, apresenta-se, de forma geral, o curso e, num segundo momento, defende-se que a biopolítica (política da vida), núcleo geral da obra, só pode ser efetivada quando se entende esse regime geral, essa razão governamental da questão da verdade econômica a que Foucault vai chamar de liberalismo. Por fim, conclui-se que a biopolítica é um governo dos vivos que estará muito mais próxima do poder pastoral do que da soberania. Ela buscará a salvação da alma, não no sentido religioso do termo, mas na própria vida terrena e na relação entre os homens e as coisas. Assim, a análise histórica ajuda-nos a compreender o momento em que nos encontramos, principalmente no cenário educacional.

## Palavras-chave

Biopolítica, Liberalismo, Educação contemporânea.

## Abstract

The paper discusses contemporary biopolitics in education, from the analysis of The Birth of Biopolitics, taught by Michel Foucault at the Collège de France. Initially, it appears, overall, the course and, secondly, it is argued that biopolitics (political life), general core of the work can only be accomplished if you understand this general scheme, the governmental ratio of the question of economic truth



that Foucault will call liberalism. Finally, we conclude that biopolitics is a government that will be living much closer of the pastoral power than sovereignty. It will seek the salvation of the soul, not in the religious sense of the term, but in the earthly life and the relationship between men and things. Thus, the historical analysis helps us to understand the moment we are right now, especially in the educational setting.

### Key words

Biopolitics, Liberalism, Contemporary education.

## 1 INTRODUÇÃO

Foucault, como professor na disciplina de História dos Sistemas do Pensamento, no *Collège de France* em Paris, ministrou treze cursos entre 1970 e 1984. Talvez, um dos mais notáveis seja o curso proferido no ano de 1979 intitulado *Nascimento da biopolítica*. Nesse curso, o tema escolhido foi a biopolítica – a forma como se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, através dos fenômenos dos seres vivos constituídos em população.

Em *Resumo dos Cursos do Collège de France* (1970-1982), Foucault explica que a primeira parte do curso *Nascimento da biopolítica* foi dedicada ao estudo do chamado ortoliberalismo. Este, para Foucault (1997, p. 95-96), “havia inspirado a escolha econômica da política geral da República Federal da Alemanha, na época de Adenauer<sup>39</sup> e de Ludwig Ehrard<sup>40</sup>”. Já a segunda parte foi dedicada ao neoliberalismo americano, à escola de Chicago.

<sup>39</sup> Konrad Adenauer foi *Bundeskanzler* (chanceler) da República Federal da Alemanha de 1949-1963.

<sup>40</sup> Ludwig Erhard (1897-1977) foi um político alemão que ocupou o cargo de chanceler da República Federal Alemã de 16/10/1963 a 01/12/1966.



No que se segue, não há a pretensão de mapear e/ou explicar minuciosamente toda a obra. Todavia, serão contextualizadas algumas questões históricas, principalmente a procedência da biopolítica. A análise da biopolítica (política da vida), núcleo geral da obra, só pode ser efetivada quando se entende esse regime geral, essa razão governamental da questão da verdade econômica a que Foucault vai chamar liberalismo<sup>41</sup>.

## 2 A ARTE DE GOVERNAR

Na primeira aula, 10 de janeiro de 1979, Foucault traça a história da arte de governar, apresentando como objetivo estudar a maneira de se fazer o melhor governo e a reflexão sobre a melhor forma de governar. O governo como prática só existe dentro de um regime de racionalidade (conduzir condutas) com diferentes objetos, regras gerais e seus objetivos de conjunto para se governar da melhor maneira possível. Em síntese, o estudo do governo é o estudo da racionalização da prática de governar no exercício da soberania política. Para isso, abandona os universais como, por exemplo, o Estado, o sujeito, o povo, dentre outros.

*O historicismo parte do universal e passa-o, de certo modo, pelo ralador da história. Meu problema é o inverso disso. Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse momento a questão à história e aos historiadores: como vocês podem escrever a história, se não admitem a priori que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existe? (FOUCAULT, 2008b, p. 5).*

Assim:

*[...] é exatamente o inverso do historicismo que eu gostaria de estabelecer aqui. Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer (FOUCAULT, 2008b, p. 5-6).*

<sup>41</sup> Foucault tentou analisar a corrente liberalista a partir de duas vias: o liberalismo alemão dos anos 1948-62 e o liberalismo norte-americano da escola de Chicago. Nas palavras do autor, “nos dois casos, o liberalismo se apresentou, num contexto muito definido, como uma crítica da irracionalidade própria ao excesso de governo e como um retorno a uma tecnologia de “governo frugal”, como teria dito Franklin” (Foucault, 1997, p. 94-95).



Na aula seguinte, 17 de janeiro de 1979, propõe afinar a tese defendida na aula anterior acerca da arte de governar. Esta consiste em limitar o exercício do poder de governar, usando da razão do menor governo como princípio de organização da razão do Estado.

Nos séculos XVI e XVII, assim como na Idade Média, a aparição da economia política e a problemática do governo mínimo estavam interligadas, havia-se constituído objetos privilegiados da intervenção da regulação governamental, uma espécie de objeto privilegiado da vigilância e das intervenções do governo. E esse lugar não era a teoria econômica. O mercado era essencialmente um lugar de justiça, o preço da mercadoria devia ter uma relação direta com o trabalho realizado, as necessidades dos comerciantes e as possibilidades dos consumidores. Assim, o mercado era um local de jurisdição.

Em meados do século XVIII, é inaugurado o governo frugal<sup>42</sup>, onde veremos desenvolver-se toda uma prática governamental intensa e extensiva, com todos os efeitos negativos, as revoltas e as resistências contra esse governo. Forma-se um mecanismo de formação de verdade. Surge a necessidade de atuar com a menor quantidade possível de intervenções para que se possa formular sua própria verdade e propor como regra e norma as práticas governamentais. Esse lugar de verdade não é a cabeça dos economistas, mas, sim, o mercado.

Nessa época específica da história, o mercado deixa de ser lugar de jurisdição e passa a obedecer a mecanismos naturais/espontâneos. A importância da teoria econômica e da relação preço-valor se deve precisamente ao fato de que permite apontar algo, que merece consideração: “o mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade” (FOUCAULT, 2008b, p. 44). Nesse sentido, o bom governo não corresponde mais a um governo justo, mas, sim, deveria dizer a verdade a respeito da prática governamental. Nessa perspectiva:

*O mercado, quando se deixa que ele aja por si mesmo de acordo com a sua natureza, com a sua verdade natural, digamos assim, permite que se forme certo preço que será metaforicamente chamado de preço verdadeiro, que às vezes será também chamado de justo preço, mas já não traz consigo, em absoluto, essas conotações de justiça. Será um certo preço que vai oscilar em torno do valor do produto (FOUCAULT, 2008b, p. 44).*

<sup>42</sup> A questão da frugalidade do governo é a questão do liberalismo.



Aqui, cabe salientar que Foucault não estava preocupado em buscar a causa da constituição do mercado como instância de verificação, mas a história da governamentalidade ocidental. Um pouco em torno dessas questões traz como exemplificação a loucura, a instituição penal e a sexualidade.

No caso da loucura, o problema não consistia em mostrar que na cabeça dos psiquiatras havia se forjado certo discurso de pretensão científica que havia sido a psiquiatria – encontrou seu lugar de aplicação nos hospitais psiquiátricos. A questão consistia em estudar a genealogia da psiquiatria a partir e através das instituições de confinamento (*encierro*), que estavam originária e essencialmente articuladas com os mecanismos de jurisdição, em sentido amplo. A instituição psiquiátrica, assim como as demais, está relacionada a uma história da verdade, que estaria unida a uma história do direito, recorrendo a uma prática discursiva pautada em um saber específico: o saber médico. Assim:

*Não é uma história do verdadeiro, não é uma história do falso: a história da verificação é que tem importância politicamente. Era isso o que queria lhes dizer a propósito dessa questão do mercado ou, digamos, da conexão de um regime de verdade à prática governamental (FOUCAULT, 2008b, p. 50-51).*

Em suma, o regime de verificação é o conjunto de regras que permite, com respeito ao discurso dado, estabelecer quais são os enunciados, que podem caracterizar-se em verdadeiros e falsos. O governo nessa nova razão governamental é algo que manipula interesses. Nesse sentido, Foucault traz a pergunta fundamental do liberalismo: “qual o valor da utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas” (FOUCAULT, 2008b, p. 64).

### 3 AS CRISES DA GOVERNAMENTALIDADE: O NEOLIBERALISMO

Na aula de 31 de janeiro de 1979, Foucault inicia com uma citação de Bernard Berenson, a saber: “Deus sabe quanto eu temo a destruição do mundo pela bomba atômica; mas há pelo menos uma coisa que temo tanto quanto esta, que é a invasão da humanidade pelo Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 103). Com



a citação de Berenson, o autor traz a fobia do Estado como uma das crises de governamentalidade. Esta pode ser entendida de três formas, a saber:

Primeiramente, o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, as análises e as reflexões, os cálculos e as táticas, que permitiram exercer essa forma bem específica, ainda que muito complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma maior de saber a economia política e como instrumento técnico essencial os dispositivos de seguridade.

Segunda, a tendência, a linha de força que podemos chamar de governo e que, em todo o Ocidente, não deixou de exercer esse tipo de poder sobre todos os outros: soberania, disciplina, introduzindo, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparatos específicos de governo e, por outro, o desenvolvimento de toda uma série de saberes.

E, finalmente, o processo, ou ainda, o resultado do processo, em função do qual o Estado de justiça da Idade Média, convertido em Estado administrativo durante os séculos XV e XVI, se “governamentalizou” pouco a pouco.

A partir das definições dois e três, pode-se entender uma primeira indicação de Foucault a respeito do que ele chama de “crises de governamentalidade”. A primeira se dá no século XVI, a segunda na metade do século XVIII e a terceira em meados do século XX – especialmente na Alemanha. Esta crise produz uma forma particular de governamentalização, que costuma receber o nome de neoliberalismo<sup>43</sup>.

Ao falar de governamentalidade e não do Estado, Foucault justifica sua escolha por não tratar de uma teoria, pois acredita que “o Estado não é um universal, o Estado não é em si uma fonte autônoma de poder”, e acrescenta “o Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (Foucault, 2008b, p. 106).

---

<sup>43</sup> Para Foucault, o que chamou a atenção no neoliberalismo americano foi que ele se constituiu como um “movimento completamente oposto ao que se encontra na economia social de mercado na Alemanha: enquanto esta considera que a regulação dos preços no mercado – único



Foucault se debruça, especialmente, sobre o neoliberalismo alemão<sup>44</sup>, que surgiu a partir das exigências feitas no pós-guerra, a saber: a exigência da reconstrução, a exigência de planejamento e a exigência de evitar o que tinha acabado de acontecer – o nazismo e o fascismo. No entanto, tais exigências implicavam uma política de intervenção. Nessa lógica:

*Estas três exigências – reconstrução, planificação e, grosso modo, digamos assim, socialização e objetivos sociais –, tudo isso implicando uma política de intervenção, de intervenção na alocação de recursos, no equilíbrio dos preços, no nível de poupança, nas opções de investimento, e uma política de pleno emprego... Enfim, mais uma vez me desculpem por todas essas banalidades, está-se em plena política keynesiana<sup>45</sup> (FOUCAULT, 2008b, p. 108-109).*

Na assembleia de Frankfurt, Erhard profere um discurso no qual diz: “é preciso liberar a economia das injunções estatais” (FOUCAULT, 2008b, p. 110). Para Erhard, apenas um Estado que estabelece, ao mesmo tempo, a liberdade e a responsabilidade dos cidadãos pode falar legitimamente em nome do povo. Esse discurso parece sinalizar que o neoliberalismo serviu para devolver a legitimidade para o Estado.

Para Foucault, o surgimento do neoliberalismo alemão foi uma estratégia astuta, pois, ao garantir a liberdade econômica na Alemanha, propiciava aos norte-americanos a certeza de que poderiam ter as relações que quisessem com a indústria e com a economia daquele país. Nesse sentido, evita-se que a Alemanha volte a ser um país absoluto e totalitário. A partir do neoliberalismo, a economia passa a ser criadora do direito público.

---

fundamento de uma economia racional – é em si tão frágil que ela deve ser sustentada, ‘ordenada’ por uma política interna e vigilante de intervenções sociais”, o neoliberalismo americano “busca estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a domínios não exclusivamente ou não prioritariamente econômicos. No caso, a família e a natalidade ou a delinqüência e a política penal” (Foucault, 1997, p. 96).

<sup>44</sup> O autor fala sobre o neoliberalismo alemão por acreditar que este é mais importante que os outros de um ponto de vista teórico para a problemática da governamentalidade, assim como diz não saber se terá tempo suficiente para falar do neoliberalismo norte-americano.

<sup>45</sup> O autor faz referência à Revolução Keynesiana, de John Maynard Keynes (1883-1946).



Uma das grandes diferenças entre o liberalismo, do século XVIII, e o neoliberalismo, de meados do século XX, parece estar no fato de que os alemães tinham um Estado inexistente e deveriam elaborar estratégias para fazê-lo existir a partir de um espaço não estatal de uma liberdade econômica. Assim, o neoliberalismo alemão diz respeito a uma nova programação de uma governamentalidade liberal, detendo-se à problemática:

*Uma reorganização interna quem, mais uma vez, não pergunta ao Estado que liberdade você vai dar à economia, mas pergunta à economia: como a sua liberdade vai poder ter uma função e um papel de estatização, no sentido de que isso permitirá fundar efetivamente a legitimidade de um Estado? (FOUCAULT, 2008b, p. 127).*

Na aula de 14 de fevereiro de 1979, Foucault inicia a discussão acerca do conceito de “neoliberalismo”. Para o autor, quando se fala em neoliberalismo, obtêm-se, em geral, três tipos de respostas: do ponto de vista econômico – é a reativação de velhas teorias econômicas já desgastadas; do ponto de vista sociológico – é o elemento através do qual passa a instauração de relações estritamente mercantilistas na sociedade; e, finalmente, do ponto de vista político – é a intervenção generalizada e administrativa do Estado. No entanto, Foucault quer mostrar que o neoliberalismo é justamente outra coisa: trata-se de referir e projetar, em uma arte geral de governar, os princípios formais de uma economia de mercado. E nas palavras do autor:

*[...] eu havia procurado lhes mostrar que, para conseguir fazer essa operação, isto é, saber até que ponto e em que medida os princípios formais de uma economia de mercado podiam indexar uma arte geral de governar, os neoliberais haviam sido obrigados a fazer o liberalismo clássico passar por um certo número de transformações (FOUCAULT, 2008b, p. 181).*

As transformações do liberalismo em neoliberalismo incluem a desvinculação da economia de mercado das políticas de *laissez-faire*<sup>46</sup>. Essa desvinculação

<sup>46</sup> A expressão refere-se a uma ideologia econômica, que surgiu no século XVIII através de Charles de Montesquieu. Este defendia a existência de mercado livre nas trocas comerciais internacionais.



iniciou no momento em que os neoliberais expuseram a teoria da competição pura. O neoliberalismo, então, não vai situar-se sob o signo do *laissez-faire*, mas sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente. Isso fica claro na maior parte dos textos neoliberais<sup>47</sup>.

No que tange ao problema da “natureza das intervenções”, temos o ponto a partir do qual se poderá abordar a especificidade da política neoliberal. Assim, enquanto o liberalismo pergunta-se: onde podemos e onde não podemos intervir? o neoliberalismo pergunta-se: como intervir? Trata-se do estilo governamental. Foucault traz três exemplos do estilo de governar: o monopólio, as ações conformes e a política social.

Para o liberalismo, o monopólio é considerado uma consequência dos meios naturais da competição. Para os neoliberais, o monopólio é um corpo estranho no processo econômico e não se forma de maneira espontânea. Nesse sentido, argumentam que, primeiramente, não é um fenômeno espontâneo, porque, se há monopólio, é porque os poderes públicos outorgam privilégios às corporações, em troca de uma série de serviços financeiros sob a forma de um tipo de fiscalização derivada ou mascarada.

Num segundo momento, a análise jurídica das condições de funcionamento de direito, que permite ou facilita o monopólio, em que aspectos as práticas de herança, a existência de um direito por sociedade de ações e o problema dos direitos de patente geram os fenômenos do monopólio? As análises políticas sobre o vínculo entre a existência de uma economia nacional, o protecionismo aduaneiro e o monopólio mostram a desvinculação entre o monopólio e a economia da competição.

---

<sup>47</sup> Esses textos são os resumos das intervenções em 1993, vésperas da guerra, durante o Colóquio Walter Lippmann (exemplos: livro *La Cité* e a criação do Comitê Internacional de Estudo para Renovação do Liberalismo – CIERL).



E, finalmente, num terceiro momento, os neoliberais defendem que o que é perturbador no fenômeno monopólio, com respeito ao jogo da economia, é a atuação do monopólio sobre os preços, ou seja, sobre o mecanismo regulador da economia. A característica própria da competição é o rigor formal de seu processo. Na legislação alemã, encontramos um enorme marco institucional antimonopólico, porém a função não é intervir no campo econômico para impedir a economia mesma de produzir o monopólio. Seu objetivo é impedir que os processos externos intervenham e gerem o fenômeno monopólio.

No que tange às ações conformes, Eucken<sup>48</sup> nos diz que o governo liberal, cujo dever é manter uma vigilância e uma atividade permanentes, deve intervir de dois modos: mediante ações reguladoras e mediante ações ordenadoras. Assim:

*Ações reguladoras primeiro. Não se deve esquecer que Eucken é filho daquele outro Eucken, que foi neokantiano, no início do século XX, e por isso ganhou prêmio Nobel. Eucken, como um bom kantiano, diz: o governo deve intervir como? Sob forma de ações reguladoras, isto é, deve intervir efetivamente nos processos econômicos quando, por razões de conjuntura, essa intervenção se impõe (FOUCAULT, 2008b, p. 190).*

Uma ação reguladora terá como objetivo a estabilidade dos preços – entendida como controle da inflação. Para atingir esse objetivo, utilizará como instrumento a criação de uma taxa de descontos. A política neoliberal é clara em relação ao desemprego. Em uma situação de desemprego, é decisivo não intervir diretamente, como se o pleno emprego devesse ser um ideal político e um princípio econômico, que é fundamental garantir em todas as circunstâncias. O que se deve garantir é a estabilidade de preços. Essa estabilidade permitirá a manutenção eficaz do poder aquisitivo e a existência de um nível de emprego mais elevado.

Já as ações ordenadas são ações, cuja função é intervir sobre as condições do mercado, porém sobre condições mais fundamentais, mais estruturais,

---

<sup>48</sup> Rudolf Eucken (1846-1962) ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 1908.



mais gerais do que as ações reguladoras. A inquietude principal e constante da intervenção governamental devem ser as condições da existência do mercado, ou seja, o que os ortoliberais chamam de “marco”.

No que tange ao terceiro exemplo do estilo governamental, a política social objetiva uma distribuição relativamente equitativa no acesso de cada um aos bens consumíveis. Como se concebe essa política social em uma economia de bem-estar? Aqui, Foucault nos traz os instrumentos da política social como um contrapeso aos processos econômicos selvagens, os quais induzem efeitos de desigualdade, efeitos destrutivos sobre a sociedade. Numa economia de bem-estar, o principal instrumento da política social é a socialização de certos elementos de consumo (consumo socializado ou coletivo): consumo médico, consumo cultural, dentre outros. É uma política que admite que quanto maior é o crescimento, maior será sua recompensa. A política deve ser, portanto, ativa, intensa e generosa.

Para Foucault, o ortoliberalismo não tardou em pôr em dúvida esses princípios. Esse movimento defendia que uma política social não pode fixar a igualdade como objetivo. Ao contrário, deve deixar atuar a desigualdade para que a regulação atue. Além disso, não se trata de assegurar aos indivíduos a cobertura dos riscos, mas de outorgar a cada pessoa um tipo de espaço econômico do qual possa assumir e enfrentar tais riscos. Trata-se de uma individualização da política social. Em resumo:

*Em linhas gerais, é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam. Por conseguinte, uma política social que tivesse por objeto principal a igualização, ainda que relativa, que adotasse como tema central a repartição, ainda que relativa, essa política social seria necessariamente antieconômica. Uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir e como dizia... não sei mais quem, acho que era Röpke que dizia: as pessoas se queixam da desigualdade, mas o que isso quer dizer? “A desigualdade é a mesma para todos”, diz ele (FOUCAULT, 2008b, p. 195-196).*



Ainda nesta aula de 14 de fevereiro, Foucault discorre sobre a *Vitalpolitik*<sup>49</sup>. Trata-se de construir uma trama social em que as unidades básicas tenham a forma de empresa. Essa multiplicação da forma “empresa”, dentro do corpo social, constitui o objetivo da política neoliberal. Nesse sentido, trata de fazer do mercado, da competição e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de o poder informante da sociedade. Além disso, busca alcançar uma sociedade ajustada, não à mercadoria e sua uniformidade, mas à multiplicidade e à diferenciação das empresas. De fato, entre uma sociedade ajustada à forma de empresa e uma sociedade em que a instituição judicial é o serviço público principal, há um vínculo privilegiado.

Aqui, poderia seguir trazendo as inúmeras questões apresentadas e problematizadas por Foucault. Contudo, como foi anunciado anteriormente, não há a pretensão de esmiuçar toda a obra, mas a intenção de, a partir de algumas problematizações presentes na obra, pensar acerca da procedência da biopolítica, assim como a articulação entre o conceito de poder e de governamentalidade no pensamento foucaultiano para problematizar o cenário educacional na atualidade.

A partir da obra de Foucault, fica explícito que o poder pastoral difere do poder soberano, pois não se exerce sobre um território, mas sobre seres vivos. A biopolítica é um governo dos vivos e, nessa lógica, estará muito mais próxima do poder pastoral do que da soberania. Ela buscará a salvação da alma não no sentido religioso do termo, mas na própria vida terrena e na relação entre os homens e as coisas. Além disso, cabe salientar que no biopoder não há a figura de um pastor.

O pensamento foucaultiano possibilita traçar alguns pontos em comum e denunciar como a Modernidade se apropriou e transformou certos mecanismos do pastorado cristão. Pensamos ser importante retomar outra característica do biopoder: ele é, ao mesmo tempo, um poder individualizante e totalizante. Indivíduo e massa serão as duas unidades sobre as quais esse tipo de poder irá incidir.

---

<sup>49</sup> Para Foucault, esta é uma palavra muito ambígua definida por Alexander Rüstow como a política da vida.



No que tange ao neologismo foucaultiano, a governamentalidade é uma instrumentação voltada para a gestão dos indivíduos. No entanto, as individualidades devem estar em referência à noção de população. Trata-se de salvar a população no sentido mundano do termo, assegurá-la contra os perigos internos e externos, ordená-la, garantir seu bem-estar e seu desempenho, fazendo crescer e multiplicar as forças sociais.

A governamentalidade irá se desenvolver como uma razão de Estado e terá como princípio não o fortalecimento do monarca, mas o fortalecimento do próprio Estado. Para Foucault, foi justamente no momento histórico em que o Estado começava a praticar seus maiores massacres que ele também começou a se preocupar com a saúde física e mental dos indivíduos. Essa arte de governar implica um saber, que não é meramente a justiça, mas, sim, uma ciência de governo.

A razão de Estado encontrará apoio em diversas instituições. Se o biopoder irá se desenvolver primeiro em seu pólo individualizante – a disciplina, e mais tarde em seu pólo massificante – controles reguladores, foi a partir de uma preocupação em torno da população que essas disciplinas ganharam maior importância. É preciso, para isso, dar à palavra “governo” a significação ampla, que tinha no século XVI.

Talvez, o aspecto mais importante da governamentalidade é o fato de se dirigir a cidadãos “livres”. A concepção liberal do indivíduo será um dos pilares da política moderna. Embora a relação de governo não seja propriamente guerreira, uma não exclui a outra: as lutas que Foucault faz corresponder ao seu pensamento serão em torno da governamentalização da vida.

Ainda persistirá no biopoder certa relação de soberania. Esta se multiplicará por toda uma série de relações. O nascimento da biopolítica pode ser entendido como, por um lado, o desenvolvimento de uma racionalidade pastoral, tendo como foco cuidar da vida, e, por outro, o arsenal jurídico da soberania, buscando assegurar a legitimidade do poder.



#### 4 CONCLUSÃO: E A EDUCAÇÃO?

Neste trabalho, houve um esforço no sentido de sintetizar, tentar conectar e contextualizar questões históricas, principalmente a procedência da biopolítica. Talvez, a análise histórica nos ajude a compreender o momento histórico em que nos encontramos hoje, principalmente na educação. Pois, ao que parece, “a assim chamada crise atual da educação escolar é um bom exemplo disso; ela pode ser compreendida como parte da agudização de uma crise bem mais geral, a saber, uma crise da espacialização moderna” e “é também uma crise da soberania do Estado-nação” (Veiga-Neto, 2006, p. 34).

Ao que tudo indica, a educação também tem a sua parcela de culpa nessa suposta crise. Apesar dos esforços dos profissionais da área da educação em tentar dividir esse delito com os demais trabalhadores da sociedade, parece que “ela é vista como ocupando uma posição central e desempenhando a função de causa da crise” (Veiga-Neto, 2000, p. 45).

*[...] é nesse cenário de rápidas, amplas e profundas mudanças sociais e educacionais que nos movemos hoje em dia. É imerso nesse estado de coisas que temos de pensar, enquanto docentes, o que estamos fazendo, seja com os outros, seja com cada um de nós mesmos. (VEIGA-NETO, 2006, p. 34).*

Assim, não se quer colocar aqui um ponto final, mas, sim, reticências, para que possamos voltar a esta rica discussão; e quem sabe chegarmos a inferir que a problemática não está na aplicação e/ou execução do projeto educacional moderno e sim na possibilidade de refutá-lo.



## REFERÊNCIAS

COSTA, Marisa Vorraber. **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: Dp&A editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982).** Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina. **Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In: **Imagens de Foucault e Deleuze ressonâncias nietzschianas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: **Figuras de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2000.

